


AS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E PERSPECTIVAS SOCIAIS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-170>

Data de submissão: 12/11/2024

Data de publicação: 12/12/2024

Carla Lisiane Ibaldi Carabajal

Mestranda em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: carla.carabajal@acad.ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1084-1753>

Liziany Müller

Pós Doutorado em Zootecnia

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: liziany.muller@ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7325-6611>

Carmen Rejane Flores

Pós Doutorado em Geografia e Ciências do Território

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: carmenrejanefw@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5879-2042>

Alessandra Regina Müller Germani

Doutorado em Extensão Rural

Universidade Federal da Fronteira Sul

E-mail: alessandragermani@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7022-8543>

Ivanio Folmer

Doutorado em Geografia

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: ivaniofolmer@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>

Valquiria Conti

Doutoranda em Geografia

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: vauconti@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1558-1859>

Larissa Schlottfeldt Sudati

Mestrado em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: larisschlottfeldt@gmail.com

Mateus Gonçalves Silva

Mestre em Sistemas Agroindustriais

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: matheus.goncalves2102@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0412-6359>

RESUMO

O trabalho propõe refletir sobre a presença de traços característicos do campesinato na agricultura contemporânea. O percurso realizado parte da especificidade do campesinato brasileiro em relação ao debate clássico travado na Europa, examinando a adoção da categoria agricultura familiar como plural diversa, ocultando permanências do passado em função de ressaltar as mudanças transcorridas. Como base em revisão de literatura, associada à análise de documentos colhidos junto ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a entrevistas realizadas com participantes deste movimento e, ainda, utilizando-se de trabalhos realizados junto às agricultoras familiares de Itaqui-RS, busca-se sustentar nas evidências empíricas o argumento norteador principal. Toma-se as mulheres como eixo temático que permite compreender em sua luta e em suas definições, a presença dos traços camponeses na contemporaneidade. Estes traços diferenciam a agricultura camponesa de demais agricultores familiares, sendo a relação com a terra, a inserção parcial aos mercados e a reprodução social como objetivo orientador da organização da produção e do modo de vida, elementos basilares deste tipo de agricultura. Aponta-se para a mudança no papel das mulheres nos últimos períodos (desde 2003), assumindo seu protagonismo e constituindo uma forma de pensar e agir na agricultura condizente com a definição de mulheres camponesas.

Palavras-chave: Agricultura Camponesa, Mulheres Rurais, Agricultura Contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho enfrenta o desafio de caracterizar um grupo de mulheres agricultoras como camponesas. Isto implica em um esforço conceitual e uma compreensão das mulheres como integrantes de uma agricultura familiar posta como heterogênea, mas que nem sempre reconhecida na literatura como apresentando traços camponeses. Esta dificuldade de detectar estes traços pode-se atribuir à pluralidade das concepções do termo camponês, fenômeno agravado pela especificidade apresentada pelo “campesinato” no Brasil diante do debate clássico na Europa.

O desafio que se enfrenta inicia pela identificação dos traços camponeses na agricultura brasileira atual, a qual normalmente é diluída em um termo agricultura familiar que inclui em seu escopo uma diversidade de formas de exploração do espaço ¹e de inserção no mercado, implicando em características diferenciadas de reprodução social.

Partindo destes traços camponeses na contemporaneidade, buscam-se nos movimentos sociais do campo, através de documentos e na literatura, complementadas com entrevistas com mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas, evidências empíricas sobre esta presença. Tomam-se como objeto de estudo as mulheres e sua emergência como agentes da luta por seu reconhecimento como protagonistas da agricultura concebida como “camponesa”. Nesta abordagem, relacionam-se as transformações no universo agrícola e rural com as permanências de dimensões que não desapareceram no percurso histórico (como sugerido fartamente na literatura nos anos 1970/1980)², mas ao contrário, afirmaram-se como elementos da constituição de um determinado segmento da agricultura familiar. Esta constituição em processo dinâmico de características sócio-culturais e ambientais contribui para explicar a preservação de agricultores e agricultoras com modos de vida herdeiros e aproximados do que pode ser compreendido como camponês.

Além das evidências buscadas nos movimentos sociais, utilizar-se-á a referência de um caso estudado pela autora em um contexto que poderíamos caracterizar como uma agricultura familiar subalterna ou, de outra forma, esquecida nos desvãos de uma agricultura empresarial capitalista. Este caso refere-se ao município de Itaqui, fronteira oeste do Rio Grande do Sul e onde vivencia-se uma agricultura familiar com traços camponeses (a argumentação que sustenta esta afirmação está sendo explicitada adiante).

¹ Na Geografia, a forma de exploração do espaço refere-se ao modo como um grupo social transforma as condições bio-geo-físicas e organiza sistemas de produção e um ambiente sócio-institucional, cultural e ambiental.

² Nas décadas de 1970 e 1980, era comum a abordagem de que o campesinato iria desaparecer com o processo de modernização da agricultura, seguindo as proposições de Lenin e Kaustki. Consideravam que a pequena produção ainda existente não iria reproduzir-se, pois não apresentaria condições para adoção de tecnologias intensivas em capital e atender as exigências de mercado.

Em síntese, o presente trabalho propõe uma análise do papel da mulher na agricultura contemporânea, articulando-a com a pretensa característica camponesa que pretendemos explicitar. Consiste em abordagem de uma temática que vem sendo investigada pela autora, a questão de gênero na agricultura familiar, buscando-se uma reflexão teórica; tal reflexão sustenta-se nas referências bibliográficas propostas no componente *Agricultura Familiar e Campesinato* integrante da estrutura curricular do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, o trabalho assenta-se sobre a revisão de literatura, os documentos produzidos pelos movimentos sociais, entrevistas com mulheres participantes do MMC e a experiência vivida pela autora em Itaqui-RS, envolvendo a aplicação de questionários com as mulheres-alvo da investigação efetuada em 2022 (CARABAJAL, 2022).

Na revisão de literatura, examinam-se textos sugeridos no componente “*Agricultura Familiar e Campesinato*” do Mestrado em Extensão Rural da UFSM; visou-se constituir uma compreensão do conceito de campesinato no Brasil, o qual assume diferenças diante das conceitualizações clássicas européias. Ainda buscou-se analisar a consolidação do conceito de agricultura familiar em sua heterogeneidade, ressaltando os traços camponeses que permanecem no contexto contemporâneo.

Examinam-se documentos dos movimentos sociais e artigos que explicitam o papel das mulheres na agricultura familiar contemporânea e as diferenças que seriam herança de um modo de vida camponês.

Realizaram-se entrevistas semi estruturadas com mulheres camponesas em Chapecó-SC no encontro *Sul-Americano “Mulheres e a Agroecologia”*, ocorrido em 05 e 06 de setembro de 2024; neste encontro, fontes como palestras, debates em grupo e conversas com informantes-chaves, também contribuíram com elementos relevantes na construção deste artigo.

Utilizam-se informações coletadas junto às mulheres agricultoras de Itaqui-RS com as quais a autora desenvolveu ações de extensão e pesquisa de 2020 a 2023. Inclui-se aqui, um questionário aplicado via google forms (CARABAJAL, 2022).

3 O CONCEITO DE CAMPONÊS: POSSIBILIDADES CONTEMPORÂNEAS

O conceito de camponês remonta a uma tradição histórica e cultural que associa o camponês à terra e à agricultura de subsistência. No entanto, essa noção clássica, presente tanto na Europa quanto no Brasil, sofreu transformações ao longo do tempo, especialmente diante das mudanças provocadas pela modernização agrícola e o avanço do capitalismo. Neste sentido, analisar o camponês na

atualidade requer um olhar que considere as permanências e rupturas ao longo da história, resgatando os elementos que ainda persistem e caracterizam essa forma de vida.

Na Europa, o camponês era amplamente definido pela sua ligação direta com a terra, marcada pela economia familiar de subsistência e pela autonomia relativa frente ao mercado. Na obra de Chayanov (1974), por exemplo, destaca-se a lógica econômica do campesinato, em que o objetivo não é acumular capital, mas garantir a reprodução social da família. Esse entendimento do camponês como uma unidade produtiva autônoma foi amplamente estudado e, mesmo que em contextos distintos, influenciou a forma como se compreende a agricultura camponesa em diversas partes do mundo.

No Brasil, o conceito de camponês ganhou nuances próprias, especialmente em função das peculiaridades do processo de colonização e da concentração fundiária. Diferentemente do contexto europeu, onde a agricultura camponesa se desenvolveu ao lado de formas mais avançadas de organização econômica, no Brasil o campesinato sempre conviveu com grandes latifúndios voltados para o mercado externo. Autores como Wanderley (2003) e Picolotto (2022) apontam para a persistência de formas de organização camponesa, mesmo diante de um cenário de forte pressão do agronegócio. Essa resistência é uma marca fundamental do campesinato brasileiro, o qual se reorganiza e se redefine ao longo do tempo.

Segundo os autores supra-citados, a transformação da agricultura camponesa em agricultura familiar no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, com a introdução de políticas públicas voltadas para esse segmento, revela tanto rupturas quanto continuidades com o passado camponês. A agricultura familiar, hoje, engloba uma diversidade de práticas produtivas e formas de organização, mas ainda preserva elementos característicos da agricultura camponesa, como a centralidade do trabalho familiar e a relação direta com a terra. Nesse sentido, a noção de permanência camponesa emerge como uma forma de resistência às pressões do capitalismo, ao mesmo tempo em que se adapta às novas demandas de mercado e às transformações tecnológicas (QUEIROZ, 1963). Além disso, Neves (1985) aborda a importância da identidade camponesa, suas implicações sociais e econômicas, ressaltando a relevância do campesinato na construção de uma agricultura mais sustentável e justa no Brasil.

4 RESGATANDO AS MULHERES NA AGRICULTURA

Hoje em dia, as mulheres rurais contam com maior equidade de gênero na agricultura, autonomia na gestão das unidades de produção, liberdade de expressão, acesso à educação e tecnologias, mas nem sempre foi assim. Nos movimentos sociais que congregam e articulam politicamente as mulheres rurais, independente das denominações assumidas, observa-se um

crescimento da importância estratégica das mulheres na constituição de uma forma de ver e agir na agricultura pretendida para o futuro.

Do mesmo modo, nas experiências que envolvem a implantação dos fundamentos da Agroecologia, o crescimento da participação das mulheres traz ao campo outras visões de sustentabilidade e manejo dos agroecossistemas. As inovações conduzidas pelas agricultoras implementam práticas ecológicas que promovem a biodiversidade, conservação do solo, redução do uso de agrotóxicos e promovem a maior produção de alimentos benéficos à saúde. (Carabajal et al., 2023).

De acordo com (PAULILO, 2004), a dupla jornada de trabalho atribuída às mulheres ao longo dos anos têm, de forma contraditória, sido acompanhada significativamente pela a desvalorização do chamado "trabalho invisível". Para a autora, atividades como a maternidade, os afazeres domésticos e os cuidados com os idosos são frequentemente relacionadas como "Trabalho de Mulher" e, por sua vez, acabam reforçando a invisibilidade do trabalho feminino e perpetuando a desigualdade de gênero.

Em meados da década de 1980, surgiu no Sul do Brasil o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), com o objetivo de instruir as mulheres rurais a assumir a direção dos sindicatos dos trabalhadores. Essa iniciativa reflete a ideia de que "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero um primeiro modo de dar significado às relações de poder." (SCOTT, 1980). O MMA, ao capacitar mulheres para posições de liderança, desafiou as estruturas de poder existentes e promoveu uma reconfiguração das relações sociais no contexto rural.

Conforme Boni (2013), na década de 1980, diferentes movimentos de mulheres se consolidaram nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo; dentre estes, surge o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Para o MMC (Boni, 2013), às trabalhadoras rurais construíram sua história através da sua organização e motivadas pela bandeira do reconhecimento da valorização das mulheres rurais, desencadeando lutas de libertação da mulher, pela sua sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário-maternidade, aposentadoria), participação política, entre outras.

O MMC relata que com esse processo, sentiu-se a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo; o MMC menciona que em sua trajetória, em 1995, agiu ativamente na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR),

Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, mais recentemente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Segundo o MMC (Boni, 2013), aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que se vive. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começou-se a potencializar e unificar o movimento autônomo das mulheres para ter expressão em caráter nacional.

Após diversas atividades em grupos de base, municipais e estaduais, e com a celebração do Curso Nacional (de 21 a 24 de setembro de 2003) do qual participaram 50 mulheres de 14 estados, representantes dos Movimentos Autônomos, identificam-se os rumos concretos e os resultados pretendidos, decidindo-se chamá-lo: Movimento das Mulheres Camponesas.

Nestes debates, discute-se a categoria dos camponeses, a qual inclui a unidade de produção rural centrada no núcleo familiar, que, por um lado, se dedica à produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades vitais da família; e, por outro lado, vende parte de sua produção para garantir os recursos necessários à aquisição de produtos e serviços que não produz.

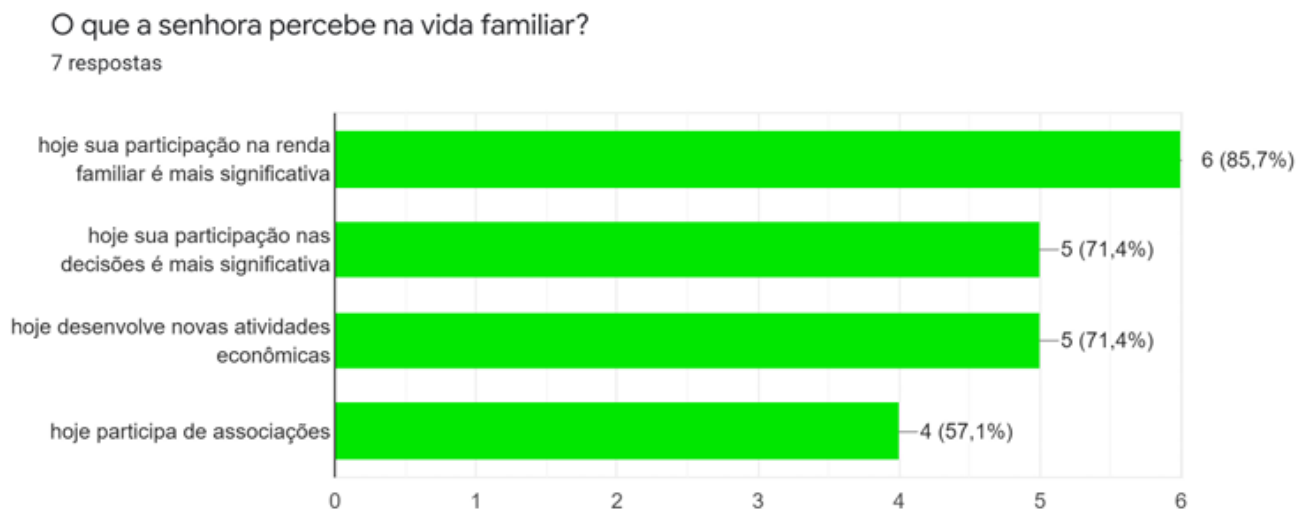
5 À GUIA DE RESULTADOS: O LUGAR DAS MULHERES NA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA

As mulheres, através de sua participação ativa nos movimentos sociais do campo, obtiveram um fortalecimento em seu protagonismo e em seu papel nas mudanças das relações de gênero, aumentando a equidade entre homens e mulheres. Neste sentido, trabalhos anteriores da autora, permitem observar o empoderamento feminino das mulheres no contexto do município de Itaqui, identificando sua maior participação na gestão das unidades de produção familiar e nas decisões do núcleo familiar. CARABAJAL e SILVEIRA (2022).

Na perspectiva das entrevistadas pode-se verificar nas imagens a seguir.

Nesta imagem abaixo, mostra-se a perspectiva das mulheres agricultoras em relação a vida familiar onde mostra o aumento significativo de sua participação:

Imagem-1: Imagem do gráfico da participação da Mulheres



Fonte: Carabajal (2022)

Na perspectiva das agricultoras, têm ocorrido uma mudança no papel das mulheres como mostra-se a seguir:

Imagem-2: questionário Papel das Mulheres Agricultoras

A senhora acha que o papel das mulheres tem mudado nos últimos anos;por que?

7 respostas

- Na minha opinião continua trabalhando junto não teve mudança ou modificações com relação ao papel
- Sim
Por conta da coordenação do serviço
- Tem pq teve trabalhos de ajuda no desenvolvimento das feiras
- sim, feira a maioria e mulher nas reuniões também
- Tem muitas mulheres tomando frente esta funcionando
- teve muita mudança as mulheres estão mais participativas se envolvendo mais

Fonte: Carabajal (2022)

Nos espaços de interlocução com as mulheres no encontro sul americano *Mulheres e a Agroecologia*, as mulheres camponesas do MMC diferenciam os termos agricultor e camponês; as mulheres, nas entrevistas realizadas, enfatizam que o camponês se diferencia do agricultor, pois mencionam que: “na agricultura familiar, tu podes ser integrado na agroindústria, trabalhando na

família pode ser funcionário de um outro, trabalhando com a família pode praticar uma agricultura convencional voltada ao mercado”. O termo camponês para as entrevistadas é bem mais amplo: “camponês sabe colher a semente, sabe a hora de plantar, sabe o que é para plantar agora, pois tem seu diferencial pelo fator que sabe como fazer sem precisar de uma assistência de profissionais externos”. Nesta perspectiva, camponeses agem com base no conhecimento tradicional, o qual é transmitido inter-geracionalmente.

Deve-se salientar que esta diferença entre agricultor e camponês, implica em que a característica da agricultura camponesa é manter sua autonomia com base na Agri-cultura, a qual foi definida como o conhecimento do homem que trabalha a terra (BALEM e SILVEIRA, 2000). Ao passo que na agricultura familiar caracterizada pela heterogeneidade, podem haver agricultores que agem em busca de renda e com base em insumos industriais, os quais são recomendados pelo conhecimento científico-tecnológico. Ou seja, podem praticar monoculturas com intensivo uso de agroquímicos, significando alto impacto ambiental.

No caso da agricultura camponesa, pretende-se preservar os agroecossistemas e, sendo assim, os saberes da Agroecologia assumem uma contribuição decisiva. Nas entrevistas, as mulheres enfatizam que “a gente se sente bem, a gente está em contato com a natureza, com a água pura, ainda a gente consegue cuidar das fontes”. Também se destacam as afirmações de que o modo de vida na agricultura camponesa, envolve a solidariedade entre camponeses(as) e o compartilhamento de conhecimentos.

As mulheres do MMC entrevistadas, explicitaram que sua luta é para produzir alimentos saudáveis sem degradar o solo e poluir as águas. Os desequilíbrios ambientais cada vez mais nítidos impõem uma necessidade de repensar a forma de fazer agricultura, segundo afirmam as entrevistadas.

Já nas entrevistas realizadas com as mulheres de Itaquí, observou-se a presença de práticas baseadas nos saberes tradicionais e um desejo de minimizar a utilização de insumos industriais, principalmente os agrotóxicos. Mas no contexto em que estão inseridas, os saberes da modernização agrícola são imposições da assistência técnica e pressão de agentes comprometidos com uma agricultura intensiva em capital. Percebeu-se a insatisfação das mulheres, mas seu sentimento de impotência.

Imagem 3: I encontro sul Brasileiro de mulheres e Agroecologia



Fonte: Autora (2024)

6 IDENTIFICANDO OS TRAÇOS CAMPONESES

Como já apontado na introdução, existem traços camponeses que permanecem na contemporaneidade; neste sentido, o debate clássico que confronta duas perspectivas: a previsão do desaparecimento do campesinato com a evolução capitalista da agricultura versus outra visão que aponta para a manutenção de uma agricultura baseada no equilíbrio trabalho-consumo. Nesta última perspectiva vinculada a obra de Chayanov, a inserção no mercado acontece para vendas de excedentes, mas não altera a organização do trabalho e da produção, identificando-se a reprodução social de um modo de vida tipo “camponês”.

Neste trabalho, busca-se demonstrar que no cenário contemporâneo nenhuma dessas perspectivas podem ser vistas como terminativas. Observam-se a permanência de traços camponeses na agricultura contemporânea, mas compreende-se as transformações ocorridas. Dois argumentos podem-se ser explicitados como fundamentais:

- a) o surgimento do conceito de agricultura familiar no meio acadêmico na década de 1990 e a correspondência evidenciada nos movimentos sociais desta caracterização de um determinado segmento da agricultura, buscaram definir uma forma de fazer agricultura que envolve uma diversidade; em sua caracterização, coloca-se em oposição a uma grande agricultura com trabalho assalariado, herdeira da manutenção e modernização do latifúndio. No entanto, nesta heterogeneidade, identificam-se diferenciações bem nítidas. Ou seja, esta categoria agricultura familiar não exige análise mais profundas sobre formas de vivenciar a agricultura, considerando-se a presença de contextos diferenciados.
- b) Ao se falar em uma agricultura com traços camponeses, admite-se que houveram processos de transformações ao longo do tempo, os quais apresentam diferenças marcantes regionais. E a

agricultura que se passa a considerar camponesa representa uma reação a um modelo de agricultura chamada convencional, a qual identifica uma forma de produção baseada em insumos industriais (tecnologias mecânicas, químicas e biológicas). Ao propor-se um modelo diferenciado com uma perspectiva de preservação dos agroecossistemas e baseada no resgate de saberes tradicionais, cria-se uma identidade “camponesa”, a qual não aparece em muitos segmentos da agricultura familiar (aspecto que exploramos na discussão dos resultados empíricos).

Mas para sintetizar nosso argumento busca-se evidenciar os traços camponeses que foram identificados nos materiais de pesquisa. Estes traços são três:

- a) o tipo de exploração do espaço, ou seja, o fundamento utilizado para o uso do espaço agrário; enquanto na agricultura empresarial (comumente denominada de Agronegócio) ou em segmentos da agricultura familiar com uma produção intensiva e voltada ao mercado, a terra é explorada para obter-se o maior lucro possível, concebe-se de forma diferente na agricultura camponesa. A terra passa a ser vista com objetivo de ser preservada, garantindo que no futuro se possa continuar produzindo e mais, mantendo-se um modo de vida integrado à natureza (onde ela não é objeto de dominação e exploração como na racionalidade cartesiana e capitalista).
- b) A inserção no mercado consiste em elemento também significativo na análise; na agricultura considerada como camponesa a produção para o mercado está presente, mas o mercado é visto diferenciado: assume-se valores de solidariedade, seja em relação aos demais agricultores ou aos consumidores. A estes últimos, destinam-se uma produção de alimentos saudáveis e que sejam produzidos de forma a um baixo impacto ambiental menor. Em relação aos agricultores, a agricultura camponesa exercita o compartilhamento de saberes e a valorização dos conhecimentos espacialmente situados, onde a Agroecologia surge como paradigma orientador.
- c) A Reprodução social da família é um traço camponês presente na agricultura denominada atualmente de camponesa, pois a organização da produção e o modo de vida seguem esta orientação; em muitos casos observados na agricultura familiar, a racionalidade hegemônica é voltada para a maximização de lucro ou acumulação de capital em forma de ativos fundiários. No caso da agricultura camponesa, segundo as proposições e definições do MMC, manter a família em condições dignas é um objetivo a perseguir. (BONI, 2013) Obviamente, aqui está a redução de riscos presente e a busca de estratégias minimizantes de custos, ao adotar-se redução do uso de insumos industriais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho argumenta que na agricultura contemporânea permanecem traços camponeses, os quais são identificados na literatura, além de ancorados nas evidências empíricas constatadas junto ao Movimento da Mulheres Camponesas e diante da realidade de uma agricultura familiar relativamente marginalizada do município de Itaqui-RS. Na exploração das mudanças e permanências visualizadas na agricultura, assume relevância o protagonismo das mulheres, elemento enfatizado em nossa análise.

Percebe-se que a prevalência de um debate nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil que majoritariamente afirmava a inevitabilidade do desaparecimento do campesinato, impediu de observar-se o caráter dinâmico e plural das mudanças em curso. Quando na década de 1990, surge na academia e no âmbito dos movimentos sociais uma definição de agricultura familiar como contraposta a uma agricultura de grande escala e baseada no trabalho assalariado, oculta-se em um conceito amplo uma diversidade de formas de organização da produção e a preservação de traços camponeses em determinados casos.

Explorar esta diversidade permite desnudar características de uma agricultura dita camponesa e assumida pelos movimentos sociais do campo como modelo de oposição ao chamado Agronegócio. Deve-se salientar que segmentos da agricultura familiar reproduzem as formas de produzir da agricultura convencional, aproximando-se de um modelo que provoca impactos ambientais relevantes e coloca o agricultor em posição de um indivíduo que reproduz recomendações técnicas, perdendo sua autonomia. Partindo da crítica deste modelo dominante surge uma outra proposta de pensar e agir na agricultura.

O trabalho foi elaborado para cumprir com os requisitos de avaliação do componente curricular “Agricultura Familiar e Campesinato” do mestrado em Extensão Rural da UFSM, apresentando um conjunto de elementos que ensejam futuras investigações e lança questões a serem consideradas como relevantes em debates sobre Gênero na agricultura, Agroecologia e agricultura camponesa.

REFERÊNCIAS

- BALEN, Tatiana Aparecida; SILVEIRA, Paulo R.C. da. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. Simpósio IESA/SBSP, Florianópolis, 2002 .
- BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. Revista Grifos, n. 34/35, 2013.
- CARABAJAL, Carla Lisiane Ibaldi et al. Agroecomulher: o protagonismo das mulheres agricultoras familiares de Itaqui-RS. 2022.
- CHAYANOV, Alexander V. "La organización de la unidad económica campesina." Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 387 p. (Ciências sociais).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. In: Camponeses Brasileiros, vol. 1. NEAD. (1963)
- NEVES, Delma Pessanha.1 Diferenciação sócio-econômica do campesinato In: Revista Ciências Sociais Hoje, 1985. Anpocs, Cortez Editora, 1985. p. 220-241
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: PAULILO, M. I. S.. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." Educação & Realidade, vol. 15, no. 2, jul./dez. 1990, pp. 71-99.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003.